

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA DO RIO ARAGUARI NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Jéssica Maria de Moraes Santos (*), Flávia Alice Borges Soares Ribeiro

* Universidade de Uberaba- Uniube. jessicammorais@hotmail.com

RESUMO

Extremamente importante à vida e ao desenvolvimento, a água tornou-se motivo de conflitos. O crescimento demográfico e econômico acelerou os mais variados usos da água ao passo que sua disponibilidade manteve-se constante, sem contar o desperdício, contaminação dos corpos d'água, entre outros agravantes. Na tentativa de equilibrar demanda e oferta, em 1997 com a Política Nacional dos Recursos Hídricos – Lei das Águas surgiu uma nova visão sobre os recursos hídricos que propôs uma gestão descentralizada e participativa. A linha de frente dessa nova proposta são os Comitês de Bacias, criados com a função de reunir poder público, usuários e sociedade civil para promover a gestão dos recursos hídricos de modo a administrar os conflitos que envolvem os múltiplos usos da água, garantindo quantidade e qualidade da água em sua bacia de atuação. Para auxiliar aos comitês, a Lei das Águas determina seis instrumentos de gestão na efetiva atuação dos comitês e atendimento dos objetivos da mesma Lei. Este trabalho visa mostrar a estrutura e a atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Araguari na gestão dos recursos hídricos e aplicação dos instrumentos. Através de pesquisa bibliográfica e participação em reuniões do CBH Araguari, foi possível observar que apesar de se tratar de um comitê recentemente criado, é bastante representativo, reúne uma série de decisões na bacia e apresenta uma forte relação com a sociedade, o que favorece a gestão da água. O comitê apresenta pontos positivos e também algumas fragilidades, como por exemplo, a implantação de alguns dos instrumentos que, no entanto, necessitam de revisão e meta de implantação dos demais.

PALAVRAS-CHAVE: Água; Gestão de recursos hídricos; Comitê de Bacia; Rio Araguari; Instrumentos de gestão.

INTRODUÇÃO

Por ser um recurso essencial à vida e ao desenvolvimento, a água aparentemente abundante em quantidade e qualidade, nos dias atuais tem desencadeado diversos conflitos e discussões acerca de sua gestão. Indispensável ao desenvolvimento e às atividades econômicas, esse recurso já chegou a ser tratado como infinito, e diante do constante crescimento e desenvolvimento mundial, a demanda pela água também é progressiva. E são as práticas irracionais, o consumo em excesso e o descaso com a gestão a favor de sua preservação, que desde sempre contribuem para a escassez desse bem precioso.

Apenas em meados dos anos 1970, se formou uma nova visão sobre os recursos hídricos no Brasil, com o surgimento de preocupações com o planejamento, preservação e distribuição da água (ARAÚJO, 2012). Essa preocupação se formalizou quando em 1997 foi sancionada a Lei nº 9.433 – Lei das Águas, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos e altera o artigo 22 da Constituição Federal de 1988. A nova Lei trouxe como mudança a extinção da privatização da água, passando a considerá-la “um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico”. Além disso, o instrumento legal prevê que a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo das águas e deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1988).

A Política Nacional de Recursos Hídricos que preconiza a Lei 9.433/97 estabelece também a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, no intuito de assegurar a gestão descentralizada e participativa dos assuntos relacionados ao tema água dentro da bacia de sua competência. A função deliberativa no que diz respeito aos diversos temas relacionados à água e sua composição é o que preconiza a Lei Estadual nº 13.199/99 de Minas Gerais (ARAÚJO, 2012).

Situada nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a bacia hidrográfica do rio Araguari, tem enfrentado desafios na tentativa de solucionar os conflitos entre o uso e ocupação do solo e a preservação dos recursos hídricos.

A bacia engloba vinte municípios do estado de Minas Gerais, sendo que o rio Araguari nasce do Parque Nacional da Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas e percorrem 475 km até sua foz no Rio Paranaíba, rio este de domínio nacional, que junto do rio Grande formam a bacia transnacional do rio Paraná. A Figura 1 apresenta a Bacia do Rio Araguari.

OBJETIVOS

O objetivo geral é analisar a função desempenhada pelo CBH Araguari no que diz respeito à gestão dos Recursos Hídricos, bem como a aplicação dos instrumentos previstos na Lei Federal 9.433/97 e sua atuação na busca por soluções dos conflitos gerados pela demanda de água na bacia do Rio Araguari.

Objetivos específicos:

- Levantar informações para o entendimento da função dos comitês de bacias;
- Conhecer a estrutura e composição do CBH Araguari;
- Apontar as ações realizadas pelo Comitê;
- Verificar a aplicação dos instrumentos de gestão definidos pela legislação;
- Avaliar a atuação do Comitê na gestão dos recursos hídricos;

METODOLOGIA UTILIZADA

A pesquisa foi fundamentada com a premissa de descrever as características do Comitê da bacia do rio Araguari, suas funções e como estão sendo desempenhadas. Pela observação, análise e descrição das atividades realizadas pelo CBH Araguari, será possível contribuir de forma social e ambiental com a bacia e os municípios que a compõem.

Para tornar possível a análise, foi realizado um estudo de caso do CBH Araguari, seguido de participação das reuniões ordinárias e extraordinárias do comitê para consulta de dados e avaliação do desempenho.

O estudo foi realizado no período de abril a novembro de 2013, com visitas à secretaria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, cuja sede encontra-se instalada na cidade de Araguari - MG juntamente com a Entidade Equiparada a Agência de Bacia, além de sua secretaria executiva, a Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araguari - ABHA.

Através do contato com alguns membros do Comitê e da ABHA, foi possível levantar informações mais detalhadas sobre as realizações do Comitê, assim como acesso a documentos e ao site do CBH Araguari.

Os dados e informações levantados são públicos, de caráter institucional e estrutural a respeito do comitê, como por exemplo, como surgiu o comitê, área de abrangência e as entidades que fazem parte do mesmo, entre outras.

No período da pesquisa, o Comitê se encontrava em processo de transição de gestão. Por essa razão, os resultados apresentados estão estruturados em duas fases: Gestão 2010/2013 e Gestão 2013/2017.

As reuniões do CBH Araguari são abertas ao público, o que tornou possível participar na condição de ouvinte das plenárias agendadas para o ano de 2013 como ilustra o Anexo 01. Os interessados em acompanhar podem se inscrever na seção de Newsletter na página inicial do site comitê (<http://www.cbh.araguari.org.br>), para receber as notícias e convocações para as reuniões do CBH Araguari.

No decorrer do ano de 2013 foram realizadas 01 (uma) reunião ordinária e 02 (duas) reuniões extraordinárias:

- Assembleia Geral Extraordinária – 20.03.2013 (Uberlândia – MG)
- Assembleia Geral Ordinária – 25.04.2013 (Uberlândia – MG)
- Reunião dos Segmentos 2013-2017 – 10.05.2013 (Uberlândia – MG)
- Assembleia Geral Extraordinária – 27.06.2013 (Uberlândia – MG)

Durante as reuniões foram analisados planos, projetos, processos de licenciamento, outorga e outros, onde os conselheiros se manifestam favoráveis ou não, após análise e discussão. A participação permitiu listar algumas das realizações do comitê no que diz respeito aos recursos hídricos.

RESULTADOS OBTIDOS

A bacia do rio Araguari tem seu clima marcado pela sazonalidade térmica, que contempla uma estação seca amena, entre abril e setembro, e chuvosa entre outubro e março, apresentando variações de temperatura entre 18 °C e 23,5 °C.

Nas proximidades do vale do rio Araguari, é possível visualizar uma paisagem com relevo fortemente ondulado e com altitudes que variam de 800 a 1.000 metros, os solos frequentemente encontrados são os do tipo latossolo vermelho e

vermelho-escuro que são bastante férteis. O fator clima aliado ao tipo de solo oferece à bacia uma elevada fertilidade e biodiversidade consequente.

São identificados cinco compartimentos como unidades morfoestruturais na geomorfologia da região: complexo granito-gnaissico, bacia sedimentar do Paraná, faixa de dobramento, intrusões dômicas e bacia sedimentar cenozoica (CBH ARAGUARI, 2013).

Segundo a ANA (2013), a região hidrográfica onde a bacia do rio Araguari está inserida, originalmente apresentava os biomas de Mata Atlântica e Cerrado de grande riqueza biótica. A vegetação era composta por cinco tipos de cobertura vegetal, Cerrado, Mata Atlântica, Mata de Araucária, Floresta Estacional Decidual e Floresta Estacional Semidecidual.

Segundo informações do CBH Araguari (2013), as principais atividades que exploram o potencial hídrico da bacia são irrigação, abastecimento público, dessedentação animal, uso industrial e geração de energia, sendo que a região atualmente conta com quatro grandes hidrelétricas: Nova Ponte, Miranda e Capim Branco I e II.

Quanto à regularização junto ao IGAM do ano de 2005, existem atualmente 1.175 outorgas de direito de uso dos recursos hídricos concedidas na bacia, o que retrata um percentual de 62,4% de outorgas concedidas para a irrigação e, aproximadamente 6,0% são através de captação subterrânea.

O crescimento populacional e o acentuado desenvolvimento acarretam uma série de problemas ambientais, os principais identificados na bacia do rio Araguari estão relacionados abaixo:

- Adensamento populacional dos centros urbanos;
- Falta de coleta e tratamento do esgoto doméstico e industrial;
- Disposição inadequada de resíduos sólidos domésticos;
- Drenagem pluvial ineficaz ou inexistente;
- Poluição e contaminação de águas superficial e subterrânea;
- Precariedade na conservação e preservação de áreas de nascentes e mananciais;
- Uso inadequado do entorno dos reservatórios com a implantação de loteamentos sem infra-estrutura e desprovidos de sustentabilidade;
- Grande potencial agropecuário com maior pressão sobre os recursos hídricos;
- Média-baixa fertilidade do solo com estágios diversos de degradação;
- Destinação inadequada de resíduos sólidos e esgotos nas áreas rurais

A iniciativa de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari surgiu em 1996 por parte da ACA – Associação dos Cafeicultores de Araguari - ACA. Desde então, foram realizadas todas as etapas do extenso processo de mobilização, com reuniões nas cidades da bacia hidrográfica, divulgação dos resultados e, em 22 de setembro de 1998, foi então instituído pelo Decreto Estadual nº 39.912, o CBH Araguari. No dia seguinte, foi publicado no Diário Oficial “Minas Gerais” o Decreto de criação do comitê. Este mesmo Decreto estabelece as atribuições do comitê, como deve ser composto e os procedimentos para o caso de modificação, a aprovação das entidades bem como dos representantes que farão parte desse colegiado, dá providências sobre as deliberações e suas aprovações, sobre as regras de funcionamento estabelecidas pelo Regimento Interno, sobre a sede do comitê, entre outras.

A gestão do CBH Araguari 2010/2013 teve início formal com a posse dos membros titulares e suplentes eleitos em Cerimônia realizada no dia 14 de dezembro de 2010 após assinatura do Ato Governamental no dia 28 de outubro de 2012. Durante a gestão 2010/2013 o CBH Araguari por meio de sua Diretoria, Câmaras Técnicas e Plenária aprovou portarias, deliberações, participou de vários eventos relacionados aos recursos hídricos, discutiu processos de grandes empreendimentos, sem contar os muitos estudos, planos e projetos desenvolvidos na bacia.

No período foram aprovadas 02 deliberações, a Deliberação Normativa nº 04 do CBH Araguari, de 30 de março de 2010 que altera e estabelece o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e a Deliberação Normativa nº 05 do CBH Araguari, de 05 de julho de 2012 que aprova as normas gerais para funcionamento das Câmaras Técnicas. Para dar suporte técnico e auxiliar o comitê nas decisões mais específicas, foram criadas por meio de Deliberações, as Câmaras Técnicas, que são órgãos colegiados consultivos permanentes compostos por membros associados ao comitê.

O apoio financeiro e estrutural aos projetos e planos desenvolvidos pelo Comitê é possível através dos recursos oriundos da cobrança e por parcerias do comitê com outras entidades de acordo com as normas regimentais. A Cobrança foi instituída na Bacia do Rio Araguari com metodologia e valores de cobrança pelos usos dos recursos hídricos aprovados pela Resolução CBH-Araguari nº 12, de 25 de junho de 2009. Com a finalidade de arrecadar recursos financeiros para financiar projetos e programas a fim de melhorias na quantidade e quantidade da água na Bacia Hidrográfica de atuação, a cobrança no CBH Araguari é a única em toda a Bacia do Rio Paranaíba.

Desde o início da Cobrança em 2010 até 2012, conforme informações do IGAM (2013), Quadro 1, foram cobrados R\$15.931.745,34 e arrecadados R\$15.045.850,99 aplicados para melhorias nos recursos hídricos de acordo com o que está previsto no Plano Diretor de Recursos Hídricos e seu Plano de Aplicação Plurianual.

Quadro 1 - Histórico da Cobrança na Bacia do Rio Araguari. Fonte – IGAM (2013)

Cobrança na Bacia do Rio Araguari - (R\$)					
2010		2011		2012	
Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado	Cobrado	Arrecadado
4.595.794,98	4.431.527,30	5.335.647,29	5.051.025,69	6.000.303,07	5.563.298,00
TOTAL					
Cobrado			Arrecadado		
15.931.745,34			15.045.850,99		

No tocante à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, a proposta apresentada pelo Plano Diretor de Recursos Hídricos - PDRH é de desenvolver o Controle da Eficiência na Redução da Demanda por meio de comparação de vazão média por ponto de captação e a Distinção dos valores como forma de controle da qualidade da águas, considerando os usos prioritários conforme classificação de uso preponderante. A revisão nos mecanismos utilizados para cobrança está contemplada no Plano de Aplicação Plurianual PPA 2013-2017.

Para facilitar o acesso às informações e o entendimento até dos mais leigos, em 2011 a ABHA deu início a um processo licitatório para elaboração de um Resumo Executivo do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araguari, sendo a empresa vencedora foi coincidentemente a mesma que elaborou o PDRH. Os produtos finais foram entregues em 2012 e distribuídos na 2ª Assembleia Geral Extraordinária em 27/06/2013 para os conselheiros do CBH Araguari e posteriormente enviados via correio para demais entidades envolvidas.

O apoio financeiro e estrutural aos projetos e planos desenvolvidos pelo Comitê é possível através dos recursos oriundos da cobrança e por parcerias do comitê com outras entidades de acordo com as normas regimentais. Os recursos financeiros do CBH Araguari, geridos pela Agência Executiva, são, assim, constituídos: Convênios, contratos, empréstimos, financiamentos ou quaisquer outros ajustes firmados com pessoas jurídicas públicas ou privados, nacionais ou internacionais; Rendimentos de aplicações dos ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio; Doações, legados ou heranças; Outros bens, valores ou direitos que porventura lhe sejam destinados; Saldos do exercício; Produto da alienação de seus bens; Cota de contribuição dos associados; Recursos de outras origens.

O objetivo do PPA é a orientação dos estudos, planos, programas, projetos e ações que devem ser executados com recursos da Cobrança, contemplando ações institucionais, de gestão, de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, de saneamento ambiental, de capacitação e treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos. Dentre os programas contemplados no PPA, estão: Programa de atendimento às necessidades do CBH Araguari, Programa de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos, Programa de Qualidade de Água, Programa de Impacto na Quantidade de Água, Programa de Mobilização, Comunicação Social e Educação Ambiental e Programa de Atendimento à Demanda Espontânea.

CONCLUSÕES

Por meio desse estudo, foi possível adquirir um conhecimento mais amplo sobre como estão estruturados os Comitês de Bacias e até mesmo as Agências de bacia, em especial do CBH Araguari destacando seu processo de composição, estrutura financeira e operacional, e avaliar principalmente seu desempenho na gestão dos recursos hídricos.

Claramente é possível associar, não apenas ao CBH Araguari, mas a todos os Comitês a função de garantir a aplicação dos instrumentos de gestão conforme a Lei das águas. E da mesma forma, percebe-se que cada Comitê utiliza de mecanismos diferentes para implementação desses instrumentos.

Alguns fatores podem ser listados como aliados para o fortalecimento do Comitê, como por exemplo, o fato de ser o único Comitê de toda a Bacia do Paranaíba com Cobrança instituída, a instalação de sua sede coincidir com a sede da ABHA facilitando a interação entre Comitê e Agência, além da articulação com o órgão gestor (IGAM), entre outros.

Nesse contexto, o CBH Araguari se destaca por apresentar grande parte dos instrumentos implantados, como é o caso do Plano Diretor de Recursos Hídricos aprovado em 2008, que norteia os demais instrumentos. Merece destaque a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos, instituída na bacia em 2010 e até hoje é a única em toda a UPGRH do Paranaíba. Porém, não estão livres de deficiências e podem – e devem – ser melhorados.

Um ponto extremamente positivo foi a elaboração do Resumo Executivo do PDRH, proporcionando acessibilidade ao seu conteúdo para os leigos. Mesmo assim, o Plano deve ser constantemente revisado de modo que ações estejam sempre alinhadas com as necessidades reais da Bacia, principalmente no que diz respeito à outorga e enquadramento. Os dados contidos no sistema de informação associado ao IGAM devem estar disponíveis a todos, e apresentados de forma organizada e com maior precisão, até que não seja implantado o Sistema próprio para a bacia.

Quando comparado a outros Comitês da UPGRH, é notório que o CBH Araguari é bem representativo, com entidades atuantes e participativas na gestão dos recursos hídricos na bacia. Isso pode ser justificado pelo capital social da bacia, que reúne diversos atores na cooperação pela preservação ambiental, sem contar que as cidades que compõem o comitê apresenta um histórico social e econômico favorável à mobilização, sem contar a grande quantidade de Organizações Não Governamentais – ONGs.

No entanto, há que se ter uma maior mobilização para participação dos setores Sociedade Civil e Prefeituras, para facilitar a implantação de projetos, em especial das prefeituras.

Uma deficiência levantada em plenária é o entendimento sobre recursos hídricos dos conselheiros. Nisso ressalta legislação específica, situação real da bacia, regimento interno do comitê, dentre outros. Essa questão pode ser resolvida com a realização de treinamentos, oficinas de estudo, cursos de capacitação (inserido no PPA) e, claro, com a iniciativa dos próprios conselheiros em buscar aperfeiçoamento.

O Comitê não possui um Sistema de Informações implantado, e isso dificulta a aplicação de outros instrumentos, principalmente da outorga já que as informações de outros Sistemas não são confiáveis e precisas. A disponibilização de ferramentas de análise (quantidade, qualidade, demanda, etc.), de localização através de dados georeferenciados, modelos de simulação, entre outros deve ser incentivada e contemplada dentre os programas a serem desenvolvidos.

Desde a aprovação de seu Plano Diretor, o comitê em conjunto com a sua agência vêm evoluindo em muitos pontos. A criação e aprovação do PPA é um exemplo disso, já que há muito tempo era cobrada por parte dos conselheiros, clareza na origem dos recursos, e a maneira de aplicação, com descrição dos programas, ações e cronograma de execução.

Há muito que se fazer, o comitê deve monitorar suas ações referentes à aplicação dos instrumentos de gestão permanentemente, através de estudos, projetos, etc. Deve buscar uma maior interação entre seus conselheiros, e com sua agência - ABHA.

Apesar das deficiências listadas, é visível a dedicação dos representantes do comitê em sugerir mudanças no que diz respeito à preservação dos recursos naturais, conscientização e educação ambiental, e qualidade de vida. Essa iniciativa

já é válida na busca pelo desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAÚJO, Nathália Cristine. *Comitê e Agência de Bacia do Rio Araguari: análise dos instrumentos de gestão*. In: MAURO, Cláudio Antônio Di; ROSOLEN, Vânia. 2012
2. BRASIL. *Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, DF. 1997.
3. _____. *Deliberação Normativa N.º 04 do CBH Araguari, de 30 de março de 2010*. Altera e estabelece o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.
4. _____. *Resolução CBH-Araguari N.º 12 de 25 de junho de 2009*. Aprova a metodologia e os valores de cobrança pelos usos dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Araguari. 2009.
5. CERH – CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. *Deliberação CERH N.º 322 de 06 de novembro de 2012*. Dispõe sobre o edital do Processo Eleitoral para o mandato 2013-2017 dos comitês de bacias hidrográficas. 2012.
6. IGAM - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. *Agências de Bacias*. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/agencia>>. Acesso em: 24 set. 2013.